

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 483 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

REGULAMENTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 47.802/2021 E A UTILIZAÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS PORTÁTEIS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ/RJ DURANTE AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-040083/001276/2022,

CONSIDERANDO:

- que segundo o art. 2º do Decreto nº 47.802/2021, os órgãos elencados no artigo 1º do Decreto nº 47.802/2021 deverão adotar medidas para instalação de câmeras corporais portáteis nos uniformes de servidores civis e militares ou nos Equipamentos de Proteção Individual, tais como coletes, capacetes, escudos e outros, com capacidade de registro, objetivando proteção dos servidores e contribuintes, aumento da transparência das ações dos órgãos de fiscalização e aumento da percepção de segurança do cidadão e servidores;

- que segundo as disposições do art. 4º do Decreto nº 47.802/2021, as câmeras deverão dispor de instrumentos de localização interligados ao GPS (Global Positioning System) e deverão ser integradas ao sistema de comunicação central dos órgãos de fiscalização, bem como aos órgãos correccionais das respectivas instituições, para armazenamento e geração de transmissão de imagens e sons em forma digital, além de dados de localização;

- que segundo as disposições do art. 6º do Decreto nº 47.802/2021, o planejamento, gestão e acompanhamento da implementação deste programa na Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ será auditado pela Controladoria Geral do Estado do Rio De Janeiro - CGE. Cabendo à SEFAZ encaminhar à CGE o cronograma de ações para implantação e a regulamentação do Programa Estadual de Transparência em Ações de Segurança Pública, Defesa Civil, Licenciamento e Fiscalização;

- que segundo as disposições do art. 7º do Decreto nº 47.802/2021, Procuradoria Geral do Estado - PGE e a Controladoria Geral do Estado - CGE deverão editar resolução conjunta com o fulcro de regulamentar o atendimento de demandas para o fornecimento de gravações, quando requeridas, na forma da Lei;

- que segundo as disposições do art. 8º do Decreto nº 47.802/2021, deverá a Secretaria de Estado de Fazenda editar a regulamentação da execução do Programa Estadual de Transparência em Ações de Segurança Pública, Defesa Civil, Licenciamento e Fiscalização, no que tange as suas atribuições; e

- a devida observância dos princípios dirigentes da administração pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Bem como, com a devida observância da garantia constitucional do sigilo fiscal, promovendo um aumento da transparência das ações executadas por servidores da fiscalização estadual e maior nível de confiabilidade da sociedade nos serviços prestados;

RESOLVE:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - A presente Resolução regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 47.802/2021, dispondo sobre a utilização de câmeras corporais, definidas neste ato como câmeras operacionais portáteis (COP), pelos Auditores Fiscais da Receita Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro - SEFAZ durante as atividades operacionais de fiscalização.

Parágrafo Único - Em complemento à utilização das câmeras operacionais portáteis (COP) haverá uma solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, custódia e gestão de evidências digitais capturadas por estes equipamentos nas atividades de fiscalização.

CAPÍTULO II  
UTILIZAÇÃO DAS CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS (COP)

Seção I  
Disposições gerais

Art. 2º - A utilização das COPs deverá seguir o seguinte, sem prejuízo das demais especificações:

I - em cada Posto Fiscal de Controle - PCF, bem como para a equipe de fiscalização volante, deverá haver equipamentos, infraestrutura e serviços de conexão que permitam a gestão da solução, conforme nível de permissão, distribuição, controle e carregamento das baterias das COPs, bem como, permitindo o upload de imagens para o dispositivo de armazenamento;

II - as COPs deverão permitir o acesso e a transmissão em tempo real do vídeo e áudio (livestreaming) e do posicionamento GPS durante o turno de serviço;

III - o acionamento de marcação de ocorrência poderá ser realizado pelo próprio usuário ou remotamente pelo Centro de Monitoramento;

IV - as gravações deverão permanecer disponíveis por no mínimo 60 (sessenta) dias corridos para gravações de rotina e por no mínimo um 01 (um) ano para gravações em modo ocorrência; e

V - haverá um Centro de Monitoramento para acompanhamento, com possibilidade de acionamento remoto de ocorrências e rastreamento de localização interligados ao GPS (Global Positioning System).

Seção II  
Da utilização das Câmeras Operacionais Portáteis (COP)

Art. 3º - Os Auditores Fiscais da Receita Estadual - AFRE da Auditoria Fiscal Especializada de Trânsito de Mercadorias e Barreiras Fiscais - AFE 14 lotados nos Postos Fiscais de Controle - PCF, quando em serviço de fiscalização, inclusive volante, deverão utilizar as câmeras operacionais portáteis.

§ 1º - Os servidores previstos no caput iniciarão a utilização das COPs assim que recebidas e habilitadas sua utilização para a Subsecretaria de Estado de Receita.

§ 2º - O controle do uso e a distribuição das COPs serão de responsabilidade da Chefia do Posto Fiscal de Controle - PCF, e a fiscalização da sua utilização a cargo dos AFRES designados como fiscais.

§ 3º - A Superintendência de Fiscalização poderá regulamentar por ato próprio a utilização das COPs por outros servidores lotados na Auditoria Fiscal Especializada de Trânsito de Mercadorias e Barreiras Fiscais - AFE 14.

§ 4º - Os servidores que utilizarão as COPs são denominados usuários.

§ 5º - A Coordenação da utilização das COPs será exercida pela Chefia do Posto Fiscal de Controle - PCF, tendo as seguintes atribuições:

- a) administrar o sistema de câmeras, equipamentos e recursos que compõem a solução;
- b) fiscalizar e orientar a utilização correta da COP pelo efetivo da base;
- c) instruir e orientar os fiscais e usuários sobre os cuidados durante a retirada e devolução das COPs; e
- d) instruir e orientar os Fiscais e usuários sobre o acionamento do suporte técnico.

§ 6º - O Chefe de cada Posto Fiscal de Controle indicará, por escala, fiscais para cada plantão ou equipe de fiscalização. Esses Fiscais terão as seguintes atribuições:

- a) fiscalizar o sistema de câmeras e a utilização dos equipamentos que compõem a solução;
- b) realizar o correto acautelamento e repassar as orientações iniciais quanto ao uso do equipamento; e
- c) gerir as marcações de ocorrências pelo efetivo de serviço.

Seção III  
Dos deveres do usuário

Art. 4º São deveres dos usuários das COPs:

- I. conhecer o equipamento, suas funcionalidades e os modos de gravação;
- II. saber posicionar corretamente a COP;
- III. saber quando acionar a gravação em modo ocorrência;
- IV. saber quando interromper ou finalizar a gravação em modo ocorrência;
- V. saber qual procedimento adotar com a COP nas interrupções operacionais destinadas à satisfação de necessidades fisiológicas e para refeição;

racionais destinadas à satisfação de necessidades fisiológicas e para refeição;

VI. saber classificar as mídias produzidas; e

VII. responder questionamentos sobre a legalidade do uso da COP por qualquer pessoa.

Art. 5º Os usuários deverão adotar as cautelas necessárias para evitar os seguintes erros na utilização do equipamento COP:

- I - nos procedimentos de conferência e posicionamento da COP:
  - a) sair para o serviço com a COP inoperante, desligada ou com a bateria abaixo de 95%;
  - b) sair para o serviço com a COP no RG de outro usuário; e
  - c) sair para o serviço com a COP fixada em local que prejudique a coleta de imagens.

- II - nos procedimentos de utilização da COP:
  - a) deixar de iniciar o modo ocorrência nos casos em que houver interesse institucional na gravação;
  - b) interromper a gravação sem que esteja nas situações previstas neste regulamento;
  - c) finalizar a gravação quando ainda existirem fatos de interesse público; e
  - d) desconhecer os procedimentos para realização das saídas para necessidades fisiológicas e para refeição utilizando a COP.

- III - nos procedimentos de classificação dos vídeos/mídias:
  - a) não saber como acessar e classificar as mídias produzidas pela COP;
  - b) desconhecer o significado das etiquetas; e
  - c) deixar de inserir do auto de infração ou constatação lavrado.

IV - nas observações sobre o uso legal da COP, o usuário desconhecer os fundamentos que permitem do uso do equipamento, de modo a não conseguir elucidar ao cidadão se indagado.

- V - Nos procedimentos de devolução da COP:
  - a) deixar de acoplar a câmera ao cabo USB na devolução;
  - b) deixar de fechar a gaveta da dockstation na devolução;
  - c) devolver a COP em uma base diferente do local da retirada;
  - d) deixar de verificar se o sistema da dockstation reconheceu a COP devolvida;
  - e) devolver a COP ou o clip de fixação com dano físico aparente e não informar de imediato ao Fiscal da Base;
  - f) não informar o extravio da COP durante o serviço; e
  - g) não permitir o Fiscal de Base ou o Auxiliar acompanhar a entrega das COP's verificando o estado dos equipamentos e conferindo o quantitativo.

Parágrafo Único - Qualquer observação referente a mau funcionamento da COP ou da dockstation deverá ser informada ao Fiscal do Posto, nos casos da equipe volante ao Fiscal designado, que deverá fazer contato com o Chefe da AFE 14, ou pessoa por este designada, para acionamento da empresa prestadora de serviços.

Art. 6º - Os usuários, fiscais e coordenadores de utilização da COP devem seguir os procedimentos descritos no Anexo I.

Parágrafo Único. A Subsecretaria de Estado de Receita poderá regulamentar os casos omissos.

Seção IV  
Disposições Finais

Art. 7º - Será garantido o sigilo fiscal do conteúdo audiovisual gravado no âmbito das fiscalizações promovidas por agentes da Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 1º - O acesso à informação classificada como acobertada por sigilo fiscal será disponibilizada na forma da lei.

§ 2º - O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º - O conteúdo audiovisual gravado poderá ser entregue as autoridades judiciais no âmbito de processos judiciais, caso a solicitação identifique a relação do processo com o conteúdo solicitado devidamente.

§ 4º - O acesso às gravações poderá ser disponibilizado aos servidores que, porventura, possam ser objeto de processos acusatórios.

Art. 8º - Cabe a Subsecretaria de Estado de Receita definir, por ato próprio, os atos necessários ao cumprimento desta Resolução.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de janeiro, 29 de dezembro de 2022

LEONARDO LOBO PIRES  
Secretário de Estado de Fazenda

Art. 2º Os usuários deverão se dirigir, mediante orientação do Fiscal do Posto de serviço, até a dockstation para a retirada do equipamento, seguindo os seguintes procedimentos:

I - Para a retirada do equipamento na dockstation será necessária a identificação e autenticação do servidor;

II - O usuário deverá acessar aplicativo compatível com marca e modelo da COP para obter o token que será utilizado como senha para a retirada dos equipamentos;

III - Retirado o equipamento, o servidor deverá verificar:

- a) se o equipamento está ligado;
- b) o nível de bateria, se o nível de bateria estiver abaixo de 95%, a COP deverá ser devolvida à dockstation para substituição; e
- c) se a identificação do servidor na tela do aparelho está correta.

IV - O usuário deverá prender a COP no uniforme utilizando o acessório de fixação, devendo fixá-la na parte superior do tronco e, preferencialmente, centralizada de forma a permitir que, quando embarcado em viatura, a COP possa gravar a visão do respectivo para-brisa e quando, desembarcado, o enquadramento correto de todas as cenas.

V - O usuário deverá sempre se certificar de que não está iniciando o com a COP inoperante ou desligada, bem como se o equipamento está fixado em local que não prejudique a coleta de imagens.

VI - Caso o usuário encontre algum problema durante a verificação dos itens de uso deverá informar imediatamente ao Fiscal de plantão para que seja realizada a substituição da COP.

Seção II  
Da devolução da COP

Art. 3º Para a devolução da COP, os usuários deverão seguir os seguintes procedimentos:

I - Ao término do serviço, o usuário deverá retornar os equipamentos para a gaveta da dockstation, conectando a COP no cabo USB em seu interior.

II - Após abertura da gaveta da dockstation, o usuário deverá conectar a COP no cabo USB localizado dentro da gaveta e se certificar de que a gaveta esteja fechada, pois caso permaneça aberta, a COP não será reconhecida pelo sistema.

ANEXO I

CAPÍTULO I  
PROCEDIMENTOS PARA RETIRADA E DEVOLUÇÃO DA CÂMERA OPERACIONAL PORTÁTIL (COP)

Seção I  
Da retirada da COP

Art. 1º A adoção das COPs engloba a utilização dos seguintes equipamentos:

I - Câmera operacional portátil;



II - Acessório de fixação da COP; e



III – Estação de carregamento de baterias e descarregamento de vídeos (dockstation).

